

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº , DE 2012 (Do Sr. Rubens Bueno)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle efetue ato de fiscalização e controle, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, para investigar denúncias de irregularidades em operações de crédito realizadas pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

Senhor Presidente,

Com base no art. 100, § 1º, combinado com o art. 24, X, art. 60, II e com o art. 61, §1º, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e dos incisos IV, VII e VIII do art. 71 da Constituição Federal, requiero que V. Exª se digne, com auxílio do Tribunal de Contas da União – TCU, a adotar as medidas necessárias para efetuar ato de auditoria contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial em operações de crédito levadas a cabo pelo Banco do Nordeste do Brasil (BNB).

JUSTIFICATIVA

Reportagem da revista Época relatam que uma auditoria interna do Banco do Nordeste (BNB) e outra da Controladoria-Geral da União revelam um novo esquema de desvio de dinheiro dentro do BNB. Segundo a Revista, a empresa dos cunhados do atual chefe de gabinete do presidente do BNB, Robério Gress do Vale, recebeu quase R\$ 12 milhões. De acordo com a Revista Época: “O novo esquema de desvios e fraudes no banco nordestino segue um padrão já estabelecido na longa e rica história da corrupção brasileira: o uso de laranjas ou notas fiscais frias para justificar empréstimos ou financiamentos tomados no banco.”

A supracitada reportagem lista uma série de irregularidades que teriam ocorrido no BNB, especialmente entre o final de 2009 e o início de 2011. Vinte e quatro empresas conseguiram financiamento que montam

mais de R\$ 100 milhões utilizando notas fiscais frias, laranjas e fraude em assinaturas. Diante da gravidade do caso, a promotoria chamou representantes do Ministério Público Federal, da Polícia Federal e da Controladoria-Geral da União para acompanhar o processo.

O Ministério Público, Federal ou Estadual, ainda não recebeu o relatório da CGU nem a auditoria interna do BNB. A quebra de sigilos bancários dos envolvidos tampouco foi autorizada pela Justiça. Uma discussão judicial quanto à competência das esferas estadual ou federal para apurar as denúncias também postergou os trabalhos de investigação. Após várias idas e vindas, atualmente o processo está nas mãos do promotor do MPE Ricardo Rocha. Importante também salientar que o promotor Ricardo Rocha acredita que os recursos desviados abastecerem campanhas eleitorais.

Diante da gravidade das denúncias, segundo o jornal Folha de São Paulo, a presidente Dilma Rousseff deverá promover mudanças na diretoria do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). No sábado passado, dia 9 de junho, o presidente do banco, Jurandir Santiago, demitiu seu chefe de gabinete, Robério Gress do Vale, suspeito de comandar este esquema fraudulento.

Esse é mais um exemplo escandaloso de malversação de recursos públicos federais e deve, portanto, ser fiscalizado pelo Poder Legislativo. Não podemos deixar que a corrupção e o aparelhamento tomem conta da administração pública e dos recursos públicos.

Pelo exposto, requeiro a aprovação da presente Proposta de Fiscalização e Controle.

Sala da Comissão, em de junho de 2012.

Deputado RUBENS BUENO
PPS/PR